

NOTÍCIAS AFRICANAS 17

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

28.6 A 4.7 DE 1993

ÁFRICA DO SUL

Aproximação ANC-Partido Nacional gera desconfianças

A definição da data de 27 de abril de 1994 para a realização das primeiras eleições multirraciais na África do Sul provocou inesperado acirramento da crônica crise político-institucional. As manobras anteriores à escolha da data permitem uma constatação: o calendário eleitoral foi imposto pelas forças politicamente majoritárias – o ANC e o Partido Nacional. Aparentemente, articulações bilaterais e paralelas operadas na surdina fizeram aparecer o consenso entre essas duas forças. Igualmente discutíveis, o caráter e o momento dessas inconfessadas articulações ANC-Partido Nacional revelam muito mais do que uma tentativa desajeitada e inoportuna de sair da crise.

É fácil constatar a aproximação ANC-Partido Nacional. O ciclo de violência política acontecido após o atentado que vitimou o líder Chris Hani tornou-a visível. Além de terem demonstrado a força do ANC, capaz naquele momento de livrar a África do Sul do caos absoluto, e o momentâneo esgotamento político de De Klerk, esses episódios sedimentaram uma tendência. Eviden-

temente, a conjuntura sul-africana exige maturidade e moderação da cúpula do movimento liderado por Nelson Mandela. É necessário enfrentar o desafio de compor com os algozes que durante décadas oprimiram a população negra. No entanto, é preciso indagar acerca dos limites dessa relação perigosa.

O ANC parece ignorar as repercussões desse tipo de comportamento junto aos seus seguidores mais jovens. Não se sabe até quando o carisma pessoal de Nelson Mandela será suficiente para deter a crescente insatisfação das frações mais aguerridas do ANC. O potencial de risco contido na aproximação ANC-Partido Nacional não vem sendo objeto das análises mais atentas do cenário sul-africano. Não se trata exclusivamente de apontar os espaços deixados para a atuação do PAC. São cada vez mais claros os sinais de que a liderança do Inkathâ se movimenta levando em consideração as alianças táticas entre o ANC e o Partido Nacional. Problemas podem surgir tanto no interior do ANC quanto nas rela-

ções, nada harmoniosas, com o Inkatha. Aliás, muito das últimas confrontações entre os dois movimentos pode ter como origem o temor da articulação ANC-Partido Nacional.

A fixação da data para a realização das eleições revela, também, uma manobra visando não encarar de frente o problema mais candente da realidade sul-africana. A questão mais importante é saber qual o perfil institucional e político a ser adotado. Não existe unanimidade acerca de tal matéria. É defendido pelo Inkatha e pela ultradireita conservadora o máximo de descentralização. Para o ANC, virtual vitorioso nas eleições e principal prejudicado na hipótese de uma África do Sul descentralizada, a fixação da data das eleições seria um bom motivo para ignorar a premissa desse tipo de debate. No entanto, as reações à precipitação da transição política parecem ter sido capazes de malograr essa manobra da dupla ANC-Partido Nacional.

Roquinaldo Amaral Ferreira

NESTA EDIÇÃO

ÁFRICA DO SUL

- Birthing nation (Pág 3-5)
- De Klerk avisa grupos armados (Pág 5)
- Data de eleições sul-africanas vai ser confirmada (Pág 5)
- Mário Soares solidário com África do Sul (Pág 5)
- Cimeira Mandela-Buthelezi depois de amanhã (Pág 7)

GUINÉ-BISSAU

- Bissau preocupa anista internacional (Pág 6)
- Uma tênue esperança (Pág 6)

MOÇAMBIQUE

- Moçambique alicia empresários portugueses (Pág 7)
- Menos palavras, mais ação (Pág 8)

ANGOLA

- Ainda não há estado de emergência (Pág 7)
- As reservas de alimentos acabaram já (Pág 9)

- Governo pressiona Unita (Pág 9)
- Unita sem segurança em Lisboa (Pág 10)
- O Rambo poeta foi morto (Pág 10)
- O último trunfo de Savimbi (Pág 11)
- Refêns de uma tragédia sem fim (Pág 12)
- Unita prepara força aérea? (Pág 13)
- Unita aposta forte na França (Pág 14)

ANGOLA

Brasil-Angola: uma solidariedade que se faz necessária

A guerra provocada em Angola pela Unita é a que nos últimos seis meses maior número de mortos produziu, não só na África mas em todo esse mundo conturbado de hoje. Travada sobretudo nas áreas urbanas, com bombardeios e armamento sofisticado, e acompanhada de cercos prolongados nas cidades sob controle governamental, essa guerra já provocou perto de 30 mil mortos, dois milhões de deslocados, além de epidemias e fome.

Ela tem sido assim retratada por toda a imprensa internacional, com condenações constantes a Jonas Savimbi e a seu movimento militarista. Seria de esperar que a mídia brasileira acompanhasse esse drama bem de perto, quanto mais não fosse por mimetismo da imprensa internacional, como ocorre com outros assuntos bem menos próximos dos brasileiros. Poderia até enviar jornalistas em missão ao país, como faz para outros recantos do globo.

Afinal, trata-se de Angola, uma das matrizes históricas e culturais do nosso país, desse Brasil que, queiram ou não reconhecer, tem perto de metade de sua população descendente de africanos, da qual grande parte, senão a maioria, provém desse país africano sempre chamado de irmão nas horas de promessas, de celebrações ou de sentimentalismos de ocasião.

Apelando para o mais interessado dos motivos: é o país da África ou, melhor ainda, do sul do equador onde temos mais interesses financeiros e estratégicos em jogo. Grandes empresas brasileiras, como a Petrobrás, a Norberto Odebrecht e Furnas tocam lá negócios que já ultrapassam os US\$ 3 bilhões. Esses negócios levaram para An-

gola mais de dois mil brasileiros, que lá tiveram acesso a um salário muito superior ao que ganhavam aqui e que, na sua grande maioria, foram obrigados a regressar em função de uma guerra através da qual Jonas Savimbi não decaiu um só momento de lesar seriamente os interesses brasileiros. Sejam de grandes ou de pequenas empresas, são interesses do Brasil que, não fosse a guerra da Unita, estariam hoje estendidos a mais muitos milhares de trabalhadores de nosso país.

Uma Angola em paz necessitará de muitos técnicos brasileiros, através de uma cooperação mutuamente benéfica. Mas hoje ela precisa de nossa solidariedade ativa, que pressupõe um bom conhecimento do que acontece nesse país, onde a democracia, mais do que abortada, sofreu um atentado militar depois de nascida com as eleições livres de setembro de 1992, que deram a vitória ao MPLA e propiciaram um governo alargado visando à unidade nacional.

Pois bem, a solidariedade pressupõe o conhecimento daquele a quem se presta e a consciência da razão de por que se está prestando. Devemos a solidariedade a Angola, entre outras razões, como o resultado de nossa identidade nacional derivada das matrizes que partilhamos, como foi atrás referido. Por sua vez, a afirmação dessa identidade provém de um ato de cidadania consciente, um processo de aprendizagem em que estamos todos hoje cada vez mais envolvidos. Para nós, portanto, a solidariedade a Angola em guerra é, sobretudo, um ato de cidadania.

Quanto ao conhecimento do que se passa atualmente em Angola, é um dever da

sociedade brasileira, e aí a imprensa deveria ter um lugar de destaque. Mas não ocorre exatamente assim. Angola, contudo, compreendeu as nossas dificuldades nesse campo e enviou ao Brasil uma delegação político-cultural que durante o mês de junho percorreu os estados de São Paulo e Rio de Janeiro com o duplo objetivo de informar e pedir solidariedade.

Dois embaixadores angolanos, por sinal oriundos de partidos da oposição ao governo, se prestaram a debater a questão angolana - sobre a guerra e as tentativas de negociação com a Unita - em vários fóruns brasileiros. Não tiveram o eco esperado nos meios de comunicação de massa e, em consequência, no grande público. A parte cultural da delegação angolana fez, para citar um exemplo, uma semana de *shows* no Teatro João Caetano, no Rio. No primeiro dia, apenas 55 pagantes, que só se ampliou a quase lotar na última sessão graças à propaganda boca-a-boca. O objetivo era comprar, com o dinheiro dos ingressos, remédios brasileiros para os angolanos vítimas da guerra.

Outro aspecto de nosso problema a exigir a atenção e solidariedade: quase um milhão de angolanos se encontram como refugiados no Rio de Janeiro. Dessa vez, a imprensa noticiou, mas o poder público não escutou. Esses refugiados se encontram nas mãos humanitárias, mas insuficientes, do cardeal dom Eugênio Sales e do Alto Comissariado das Nações Unidas. É preciso solidariedade, ainda que tardia.

José Maria Nunes Pereira

Governo prepara ofensiva e Unita tenta a diplomacia

Esgotadas as tentativas de negociações com a Unita e sentindo perder cada vez mais terreno para as tropas de Savimbi, a Assembléia Nacional angolana acabou concedendo ao governo, dia 17 de junho, a "autorização para a mobilização geral de recursos humanos e materiais para uma ofensiva militar geral contra a Unita". Essa autorização seguiu a aprovação anterior do Legislativo de um autêntico orçamento de guerra, no qual mais de 60% das receitas do Estado foram destinadas à defesa. Ao mesmo tempo, permite a incorporação às Forças Armadas de todos os ex-membros das antigas forças armadas - FAPLA - independentemente dos limites impostos pelos acordos de paz de Bicesse, em 1991.

O governo, contudo, continua submetido à cláusula triplo-zero de Bicesse, que impede às duas partes a aquisição de material bélico. Como a Unita tem desobedecido desde o início a essa cláusula e ultimamente já vem declarando abertamente que considera caduco o acordo de Bicesse, é de se esperar que o governo de José Eduardo dos Santos e países amigos venham também, em breve, a desconsiderar a referida cláusula. Segundo notícia ainda não confirmada, os Estados Unidos estariam dispostos a considerar a venda de armas a Luanda por empresas americanas.

Embora as Forças Armadas necessitem com urgência de melhor armamento, munições e reposição de peças, a sua

necessidade prioritária parece ser a organização com a retomada da disciplina e, sobretudo, uma reestruturação que lhe traga mais vantagens comparativas em relação às tropas de Savimbi. Por outras palavras: é preciso formar novos corpos militares, como pára-quedistas, fuzileiros navais e comandos especiais, que tirem proveito daquilo que só as Forças Armadas possuem - aviação militar e marinha de guerra.

Foi com esses objetivos que o chefe do Estado Maior, general João de Matos, solicitou a ajuda técnico-militar em Lisboa e foi atendido. Segundo nos informou um ex-oficial das FAPLA, a formação desses corpos especiais demora pelo menos 45 dias se os seus membros tiverem antecipadamente uma boa formação militar básica.

Por tudo isso, constatamos que a previsão do governo de Luanda é de continuação da guerra, a menos que a comunidade internacional consiga trazer Savimbi à mesa de negociação antes do que ele pretende.

Missão de charme. Por falar em negociações, nada está previsto para tão cedo. Os mediadores só vão reunir-se novamente em 8 de julho, em Moscou, embora o prazo de permanência das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II) se esgote em 15 desse mês. Mas esse prazo pode ser renovado, como já o foi em vezes anteriores.

O recente esforço diplomático da Unita, chamado de "missão de charme",

envolveu viagens de uma delegação dos rebeldes encabeçada por Fátima Roque e Carlos Morgado aos Estados Unidos e Europa. Essa missão foi considerada um fracasso, pelo menos em Washington, onde uma fonte do Departamento de Estado a classificou como "exercício de propaganda para efeitos internos".

Mudança de posição. No caso da França, da qual ainda não temos notícias, a repetição desse fracasso não é segura. Agora com um governo de direita, Paris vem mudando de posição em relação à África. Antes, exigia que os governos africanos enveredassem decisivamente pela democracia se quisessem continuar contando com a ajuda francesa. Hoje, limita-se a reclamar reformas econômicas de tipo neo-liberal. O novo ministro das Relações Exteriores da França, Alain Juppé, declarou que as "nações africanas devem evoluir com o seu próprio ritmo (...) para a democracia" e que isso "não passa forçosamente pela organização antecipada de eleições".

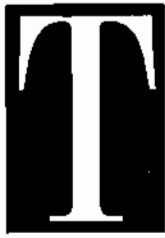
No caso angolano, Paris tem apoiado Luanda. A petrolífera estatal francesa Elf Aquitaine está bem implantada em Angola mas, com a aproximação Luanda-Washington, os franceses vêm perdendo para os americanos a disputa por novas concessões de petróleo. Daí a nossa expectativa quanto à ofensiva diplomática de Savimbi nesse país. (JMNP)

BIRTHING A NATION

THE ECONOMIST, 17 6 93

The date is set for the country's first free election, but what looms ahead for the new generation is a mixture of hardship and hard work

By SCOTT MAC LEOD JOHANNESBURG



MHIRTY YEARS AGO, Nelson Mandela was put on trial, first for inciting protests, then for plotting revolution. His eloquent defense came down to a basic truth that men have fought to defend since the American Revolution. "I consider myself neither legally nor morally bound to obey laws made by a Parliament in which I have no representation," Mandela argued. "I am voteless."

That brave repudiation of a regime bent on perpetuating white hegemony in South Africa earned Mandela a near lifetime's incarceration, while his jailers pressed on with their megalomaniac construct called apartheid. Yet it just as surely—if terribly slowly—launched South Africa on the road to democracy. Last week the country took what seems to be an irreversible giant step toward freedom for all its citizens. In Johannesburg black and white political leaders announced that at last every citizen of South Africa will be able to vote to choose his or her own government. After centuries of oppression and bloodshed, a free election will be held next April 27.

The announcement came at the end of a tension-filled day in the talks among 26 parties that began in December 1991. Agreeing to let dissenters return to the issue again, a majority nonetheless provisionally settled on a poll date to bolster the hopes of blacks impatient for more rapid change. Afterward, African National Congress secretary-general Cyril Ramaphosa rushed to a previously scheduled gala dinner to receive a Man of the Year award jointly with government negotiator Roelf Meyer. To the cheers of 400 guests, who represented all the country's races, Ramaphosa declared, "We now stand at the gateway of the democracy that so many of us have worked so hard for and so many have died for."

For the country's 28 million blacks, the elections will bring to an end the humiliation, injustice and injury of the past four decades. They will complete the dismantling of apartheid, that pervasively dysfunctional experiment in political and social engineering. They will allow the pariah state to regain a place in the community of nations. And they will almost certainly reward Mandela's stoic struggle by conferring on him the leadership of his country.

But they will not usher in a reformed New South Africa. Even as most in the country delighted in the announcement of free elections, they were beginning to sense that the immediate future holds much hardship and that the three years of turmoil following De Klerk's decision to dismantle apartheid and release Mandela

have been a taste of things to come.

"The pattern has already been set," warns Zulu Chief Mangosuthu Buthelezi, leader of the Inkatha Freedom Party. "It is going to be turbulent, no matter who is at the helm." Frustrating too, particularly when it comes to fulfilling the expectations of a populace impatient to see political power translated into a more equitable distribution of resources. "People have suffered so much that they now expect the opposite," says Harry Gwala, a senior member of Mandela's A.N.C. in strife-torn Natal province. "But we can't perform miracles."

Indeed they cannot. South Africa may be rich in gold and diamonds. It may qualify for international aid and may even succeed in luring back foreign investors kept out by sanctions and now scared off by violence. But it will still take years of patient reconstruction to undo the damage of the apartheid era, to break the cycle of violence and help rescue millions from grinding poverty. Nor will it be easy to find jobs for a fast-growing work force that cannot be absorbed by a capital-starved economy, nor to provide even the most modest material gains to a majority. "Economic apartheid will stay with us for several generations," predicts Jay Naidoo, leader of the 1 million-member Congress of South African Trade Unions.

The country's main hope as the perils and pressures crowd in is that the remarkable spirit of cooperation and compromise that has developed in the country despite the bitter memories can be preserved and built upon. Countless "forums" are bringing former enemies face-to-face to address such critical issues as the economy, education and housing. In the National Economic Forum, business, government and the A.N.C. join to tackle black unemployment, which is running at close to 50%. Executives are heeding calls for dramatic plans to address white-black wealth disparities. Says Anglo American Corp. labor negotiator Bobby Godsell: "We cannot achieve political and social stability without addressing the issue of poverty immediately." For the A.N.C., contact with business has made it wavier of socialism's nostrums. "We have no intention of introducing a command economy," insists the A.N.C.'s chief economist, Tito Mboweni. "We want to improve productivity and the investment climate." Adds Godsell: "The economic debate has moved from something approximating a terrible grunt to something very sophisticated."

So too on the political level, where Mandela and De Klerk hold center stage. Despite the legacy of hatred, negotiations seem to be progressing with a smoothness that few would have predicted when Mandela was released from prison in 1990. Although many important issues remain unresolved, one broad goal is not in doubt, thanks to an all-important deal struck last February between government negotiator Meyer and A.N.C. secretary-general Ramaphosa. They agreed that no matter who wins the upcoming elections, there will be

a transition period of up to five years during which a government of national unity will rule—in effect a power-sharing arrangement between the A.N.C. and De Klerk's National Party. "The objective," explains Ramaphosa, "is to unite our country, bring about stability and ensure that we embark upon a reconstruction program."

Even if it has yet to be formalized, power sharing of sorts is a de facto reality. Following the April assassination of top A.N.C. official Chris Hanu, it was Mandela, not De Klerk, who made two presidential-style television addresses to honor the slain man and appeal for calm. "De Klerk has the power, but Mandela has the legitimacy," explains Kobus Jordaan, a liberal Democratic Party M.P.

In the coming weeks, negotiators hope to finalize details of the countdown to democracy. The very next move should be the appointment as early as this month of

a multiparty Transitional Executive Council to monitor De Klerk's government until elections are held. There will be efforts to create a level playing field for the vote, including the appointment of a new board to oversee the state-run television and radio networks, twin bastions of pro-Pretoria bias. An independent elections commission will be created to lay down voting rules and ensure compliance, probably with the help of as many as 10,000 international observers.

When South Africans finally go to the polls, they will elect a bicameral legislature that will serve during the agreed upon five-year transitional period and double as the constituent assembly responsible for drafting a postapartheid constitution. The party receiving the largest number of seats will choose the new President to succeed De Klerk. That will almost certainly be Mandela. According to a February survey conducted by the Pretoria-based Human Sciences Research Council, the A.N.C. can expect to win 54% of the popular vote, followed by the National Party with 26%, Buthelezi's Inkatha with 8%, the right-wing Conservative Party 5%, the liberal Democratic Party 3%, the black-power Pan-Africanist Congress 1% to 3%, and extreme right parties a mere 1%.

If those numbers prevail, under the Meyer-Ramaphosa compromise, Mandela would be required to form a government that includes leaders from all the major parties as a safeguard against an A.N.C. power grab. Mandela's negotiators have also accepted National Party demands that in sensitive areas like security policy, Mandela could be overruled by a one-third Cabinet vote.

De Klerk's demands for power sharing, the most serious sticking point between the two main players, are regarded by the A.N.C. as an effort to deprive blacks of the chance for true majority rule. For an interim constitution regulating Mandela's national unity government, De Klerk proposes that real power be invested in an Executive Committee comprising party leaders and that the presidency become a

Continua na pág. 4

Continuação da pág. 3

BIRTHING A NATION

largely ceremonial job. Similarly, De Klerk is demanding up-front guarantees of power sharing in the final constitution, although he rejects suggestions he is trying to secure a permanent white veto. Another contentious issue is the demand put by De Klerk as well as Inkatha and other parties that the autonomous powers and boundaries of regions be established now by negotiators, rather than by the elected constituent assembly.

FORCING MANDELA AND DE Klerk to compromise is the knowledge that time is running out for South Africa's once mighty economy. The country has paid a high price for apartheid in the form of lost investment. Since 1990, 500,000 jobs have been wiped out by recession, drought and violence. With South Africa heading toward its fourth straight year of zero growth, the repair task will be that much harder.

Most daunting of apartheid's legacies is the nearly total collapse of education for most of the estimated 10 million school-age black children. Ever since the 1976 Soweto uprising, students have manned the barricades under the slogan "Liberation Now, Education Later." These days, when they do show up at school, some of the militants shove teachers aside and take charge. Add to that a bureaucratic system that continues to funnel money through 19 race-based departments and still, despite increases for black pupils, spends 2.6 times as many tax dollars on whites. The bottom line has been horrendous: 60% of black students drop out, and of the remaining seniors only 44% passed graduation exams last year, in contrast to 96% of whites. Even if Mandela's government could magically reverse the trend, enormous damage has been done. An estimated 3 million young blacks make up a "lost generation" of virtual unemployables. Last year 560 teachers were assaulted, including three who were murdered—"set alight or shot," according to a government report.

At least Soweto and other townships have schools and additional basic services. They are the envy of those forming the country's newest socioeconomic category: the estimated 7 million blacks—18% of the population of 38 million—living in shacks made of corrugated iron, plastic sheets and cardboard. Like Crossroads, the notorious squatter camp on the edge of picturesque wine-producing country near Cape Town, the settlements are populated mostly by impoverished peasants from the countryside seeking jobs.

Such squatter camps are a breeding ground for black extremists, who will surely threaten to undermine support for a future Mandela-led government unable to work economic miracles overnight and apparently compromised by its power-sharing deal with the architects of apartheid. Just as dangerous will be those white extremists unwilling to make any concessions to the New South Africa, particularly members of the Afrikaner Volksfront, who are demanding their own white homeland.

Mandela's difficulties are presaged by

the latest round of the education crisis. Teachers demanding higher pay and students protesting examination fees have kept thousands of schools shut for most of the year. To help defuse the crisis, Mandela conferred with De Klerk and won concessions, yet the strike continued in defiance of the A.N.C. leader, with young leaders refusing to acknowledge his authority in their own local battles. "They have tasted power," says Jane Hofmeyer, education expert at the Johannesburg-based Urban Foundation, "and they enjoy it." Dr. Nthato Motlana, a respected civic leader in Soweto, believes the culture of learning can eventually be restored with the help of rejuvenated parent-teacher-student associations. But first, he argues, a culture of discipline must replace the culture of defiance. "I am fed up with teachers and parents who won't discipline students," says Motlana. "Unless we do, there is no hope."

Hopes are high that a political settlement can greatly reduce the potential for violence. But a Mandela government will not stop it completely. Since 1986, 10,000 people have died in an A.N.C.-Inkatha power struggle that in parts of Natal has taken on civil war proportions. Even assuming the rivalry cools among top leaders, blood feuds, local turf wars, scrambling for scarce jobs, general intolerance and even tribal antipathy could spark continued fighting. Says Johannesburg-based Inkatha leader Musa Myeni: "People have been taught to articulate their sentiments, hopes and frustration through violent means. How do we change that?" There are persistent fears that Buthelezi may reject a settlement dominated by Mandela and De Klerk—in effect exercising the so-called Savimbi Option, a reference to Angolan rebel leader Jonas Savimbi, who went back to civil war when he was defeated in Angola's first free elections last September.

A bigger danger is that the election campaign itself will be disrupted by violence. Besides the troubles in Natal and threats from the Volksfront, there is the Pan-Africanist Congress, whose military wing, the Azanian People's Liberation Army, has carried out 47 violent attacks since 1991, according to police figures. The threat of violence is exacerbated, says U.N. special representative Angela King, because so many weapons have flooded into the country. "Here," she says, "people have guns like they are second skins." Thousands of Soviet-made AK-47 assault rifles are said to have found their way into the townships from neighboring Mozambique, where a cease-fire in the 16-year-old civil war is taking hold. The sales of legal guns to people jittery about black rule or simply the alarming rise in violent crime are also on the increase.

So far, the electioneering is progressing along Western lines. But voter education is urgently needed since blacks have never voted before: 63% are illiterate, they speak

nine major tribal languages, and they live by the millions in remote rural areas. Major parties are busy building organizational and fund-raising machines and developing strategies and tactics. The A.N.C. goes into the elections as the anti-apartheid champion and the party of change. But it will be handicapped by its lack of experience in government, and both the National Party and Inkatha are certain to exploit the competence factor as well as employ scare tactics that draw attention to the A.N.C.'s links with the South African Communist Party.

ALTHOUGH DE KLERK says he will be out to win the election, his basic goal is to get at least 34% of the vote. That way he can block any constitution the A.N.C. tries to ram through the constituent assembly. If not, a postelection alliance with Inkatha or other parties might do the same trick. Independent polls show the National Party getting around 60% of the white vote and the A.N.C. about 78% of black support. Whereas the A.N.C. can expect no more than 2% of white backing, the National Party could get 15% to 20% of black votes—thanks to blacks who prospered under apartheid structures and fears about A.N.C. links to communism.

Wild cards in the electoral deck will be the country's 3 million-strong colored, or mixed race, community, and its 1 million Asians. Although both groups suffered under apartheid, their conservative outlook is working in De Klerk's favor: at least 69% of Asians and 59% of coloreds indicate they may back the National Party. Says Magda Bellwood, a Cape Town receptionist: "Better the devil you know than the devil you don't."

Even in its embryonic stages, the election campaign is echoing the contentious struggles over apartheid that have so routinely led to bloodshed. A key to the A.N.C.'s strategy is employing the mass mobilization that was effective in pressuring the government to end apartheid—and that also frequently led to strong-arm tactics and killings. In power since 1948, the National Party is deservedly famous for its effective—and often dirty—campaigns. Strategists are already devising plans to run a parallel covert campaign involving rumor spreading to discredit black opponents.

Much will be riding on the 1991 Peace Accord, which established dispute-resolution committees and volunteer observers at the grass-roots level. A difficult threat to monitor is the possibility that a right-wing "third force" may disrupt the campaign. Last year it was disclosed that Military Intelligence operatives hired a notorious covert agent—a convicted murderer, in fact—who proceeded to devise a plan

Continua na pág. 5

De Klerk avisa grupos armados

PÚBLICO, 19 6 93

O PRESIDENTE Frederik de Klerk declarou ontem que as formações sul-africanas implicadas nas negociações sobre o futuro do país pedirão a todos os partidos políticos que deixem de matar polícias e civis se desejam participar nas conversações.

"Discute-se uma resolução que de uma vez por todas obrigue os movimentos políticos com ramos armados a depor as armas, deter a luta armada e participar numa solução negociada" — afirmou De Klerk perante os alunos da Academia da Polícia; e referindo-se muito em particular ao Congresso Pan-Africano (PAC) e ao seu braço armado, o Exército de Libertação do Povo da Azânia.

Desde o início do ano passado já houve 321 polícias vítimas de atentados. E em muitos outros aspectos se está a verificar que a transição da

África do Sul para uma plena vivência democrática não é isenta de problemas.

Ontem mesmo, o líder do partido zulu Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, chamou a atenção para o perigo de se continuar sem o seu grupo o processo negocial que visa eleger uma Assembleia Constituinte em Abril do próximo ano.

Num encontro com a imprensa estrangeira em Joanesburgo, Buthelezi — cuja base eleitoral deve rondar os nove por cento de toda a população sul-africana — declarou que se o Inkatha está nas negociações não é apenas para apoiar as decisões tomadas pelo Governo e pelo ANC. Mas sim para conseguir um Estado federal, ainda antes de se eleger a Assembleia.

Apesar da oposição do Inkatha, que ameaça deixar as conversações, a maioria das formações políticas continua em-

penhada em que a Constituinte seja eleita a 27 de Abril de 1994.

O partido de Buthelezi, à direita, e o PAC, na extrema-esquerda, são dois dos empecilhos a um entendimento nacional, que em grande parte tem sido possível entre o Governo De Klerk e o ANC, de Nelson Mandela, duas formações que no seu conjunto devem representar pelo menos 63 por cento do eleitorado.

Federal ou unitário

A violência e a questão de se saber se a nova África do Sul deverá ser um Estado federal ou unitário estão a levantar escolhos numa transição que já deu grandes passos nos últimos três anos e meio, desde que Frederik de Klerk consolidou a sua posição de Presidente da República, depois do afastamento de Pieter Botha.

O Inkatha, o PAC e o Partido Conservador, dos brancos que estão à direita do Governo, são franjas controversas de uma sociedade que o ANC gostaria de em breve poder herdar do Partido Nacional, pois está convencido que só por si ou com os seus aliados comunistas e sindicalistas conseguirá o voto de mais de metade dos cidadãos.

Na sessão de ontem das conversações constitucionais, o conservador Corne Mulder disse que se for ignorado o plano de autodeterminação para os brancos poderá haver uma guerra civil, de algum modo comparável com a que se está a verificar na Bósnia-Herzegovina.

Os conservadores, que nos últimos meses têm ganho popularidade entre a comunidade branca da África do Sul, querem para os descendentes dos europeus um território próprio, não aceitando ser simples minoria num Estado unitário. ■

DATA DE ELEIÇÕES SUL-AFRICANAS VAI SER CONFIRMADA

A data de 27 de Abril de 1994 para as primeiras eleições multirraciais na África do Sul vai ser confirmada numa grande reunião multipartidária no próximo dia 25 — decidiu ontem a maioria das formações políticas envolvidas nas negociações sobre o futuro do país. A decisão foi tomada com a convicção de que existe "um consenso suficiente" para que o processo continue, apesar da oposição manifestada pelos defensores de uma futura África do Sul federal. Em sinal de protesto, estes "federalistas" — a extrema-direita branca, alguns líderes de bantustões e o partido Inkatha do chefe zulu Buthelezi — abandonaram a reunião quando a questão da data começou a ser discutida, mas anunciaram depois que permaneciam, de momento, no processo de negociação. Os "federalistas" pretendem discutir primeiro a violência e a futura estrutura do Estado antes de marcarem uma data.

Mário Soares solidário com África do Sul

PÚBLICO, 19 6 93

O PRESIDENTE Mário Soares disse ontem, em Lisboa, que os portugueses têm o dever de ser solidários com a África do Sul e que devem investir nesse país, pois que ele é essencial para a resolução de todos os problemas da África Austral, incluindo Angola e Moçambique.

Num almoço que considerou "extremamente significativo", com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana, o chefe do Estado sublinhou que a vocação europeia de Portugal não deve ser de forma alguma contraditória com a sua vocação africana e que é necessário lutar por África, um "continente que, segundo critérios meramente economicistas, ainda conta imensamente pouco".

À espera de Mandela

Perante 200 convivas, alguns deles empresários portugueses vindos expressamente da África do Sul, Soares declarou estar a abrir-se uma nova fase nas relações entre Lisboa e esse país, que "recuperou credibilidade no mundo" e que poderá ter "um papel de decisiva importância em toda a África".

O Presidente da República, que, em Outubro de 1989 — devido à hospitalização do filho em território sul-africano, depois de desastre na Jamba —, teve a oportunidade de se encontrar com o seu homólogo, Frederik de Klerk, afirmou "encarar com esperança a evolução que se está a fazer na África do Sul e que depende do entendimento de forças contraditórias".

Mário Soares destacou ser importante o diálogo com todos os sul-africanos, designadamente com o presidente do ANC, Nelson Mandela, que está convidado para vir a Lisboa, pois que há na África do Sul centenas de milhares de portugueses e se espera que o país possa evoluir "em paz e sem violência"; sem que, de forma alguma, um racismo negro venha a substituir o antigo racismo branco.

Só com uma evolução pacífica é que "os portugueses poderão ter futuro na África do Sul" e "o melhor entendimento possível entre os dois Estados tem de ser feito com vários passos concretos", sublinhou, ao convidar mais empresários portugueses a investir na terra de Mandela. ■ J.M.

Continuação da pág. 4

BIRTHING A NATION

to use homosexuals and prostitutes to compromise leaders of the A.N.C.'s military wing. The Chris Hani assassination is looking increasingly like a desperate right-wing attempt to derail negotiations.

It should be heartening that despite years of anti-A.N.C. propaganda, the majority of whites seem ready to live with black rule. Although many talk of "making the chicken run"—an expression referring to previous exoduses to Britain. Australia and elsewhere during periods of turmoil—a 1992 survey showed only 27% of English-speaking and 13% of Afrikaans-speaking whites contemplating emigration. Some, like Wilhelm Verwoerd, 29, grandson of Prime Minister Hendrik Verwoerd, the architect of grand apartheid and head of the government that locked up Nelson Mandela, have decided that what they cannot fight they should join. Last month Verwoerd, a lecturer at Stellenbosch University, stood on an A.N.C. platform in Parow, a conservative suburb of Cape Town, and confessed his political conversion to fellow Afrikaners. "I am much more than just the grandson of a symbol," he told them. "I am the symbol of a new generation which wants to stand up for democracy."

Whatever their voting preferences, all South Africans ought to say "amen" to that.

—With reporting by Peter Hawthorne/Cape Town

Bissau preocupa Amnistia Internacional

PÚBLICO, 15 6 93

A ORGANIZAÇÃO de defesa dos direitos humanos Amnistia Internacional declarou-se ontem à noite preocupada com a violação dos direitos das pessoas detidas na Guiné-Bissau após o assassinio a tiro do major Robalo Gomes de Pina, em Março último, e aparentemente suspeitas de implicação em movimentações contra o regime presidido por João Bernardo Vieira.

Numa altura em que se encontra de visita a Portugal o primeiro-ministro guineense, Carlos Correia, a Amnistia — que tem o seu secretariado em Londres — distribuiu um documento de seis páginas, em inglês, no qual afirma que muitas pessoas foram arbitrariamente detidas sem mandato de captura e sem haverem sido informadas por

que é que iam para a cadeia.

Alega aquela organização humanitária que os políticos oposicionistas João da Costa e Tagné Na Waié, que se encontram entre os detidos, a par de algumas dezenas de militares, estiveram incomunicáveis durante longos períodos. E que a Comissão de Inquérito existente parece ter sido criada essencialmente para fins políticos.

Tendo em vista todas as suas preocupações com as pessoas que foram detidas depois do assassinio de Gomes de Pina, no quadro de um motim de algumas unidades das Forças Armadas, a Amnistia Internacional pediu ao Governo de Bissau que actue rapidamente no sentido de assegurar que quem não vai ser formalmente acusado de nenhuma acção criminosa pos-

sa sair em liberdade. E que as restantes pessoas sejam julgadas em plena conformidade com os padrões em vigor na maior parte dos países.

Dúvidas do tribunal

A partir do princípio de que as declarações dos detidos à Comissão de Inquérito foram feitas sem a presença de advogados, a Amnistia disse que só as mais fortes provas deverão ser suficientes para que o tribunal que venha a julgar o caso se pronuncie sobre eventuais responsabilidades numa conjura para derrubar o regime.

A mesma organização de cariz liberal afirmou acreditar que a única forma de garantir

um julgamento justo seria levar o caso para os tribunais ordinários, dos quais há o direito de recurso para o Supremo.

A Comissão de Inquérito, constituída por militares, permitiu ou ordenou mesmo que excertos das declarações de algumas das cerca de 100 pessoas que chegaram a estar detidas fossem apresentados na televisão, sem considerar — segundo a óptica da Amnistia — que isso poderia prejudicar bastante os direitos das mesmas.

No dia 17 de Março o major responsável pela Força de Intervenção Rápida foi abatido em Bissau pelo sargento Amadú Mané, que depois se dirigiu a duas unidades amotinadas e que mais tarde fugiu da cidade, depois de verificar que não era possível congregar mais apoios para o motim.

Detido no início de Abril, Mané disse que a alegada conjura fora apadrinhada por figuras da oposição, pelo que no dia 14 desse mês foram detidos João da Costa, presidente do Partido da Renovação Democrática (PRD), e Tagné Na Waié, quadro do Movimento Bafatá. ■

A arrastada democratização da Guiné-Bissau

Uma ténue esperança

PÚBLICO, 20 6 93

António Soares Lopes
em Bissau

Os guineenses estão frustrados com o ritmo lento a que, nos últimos dois anos e meio, se tem processado a democratização do seu país. E esperam que nas próximas semanas sejam finalmente marcadas as eleições presidenciais e legislativas que tanto desejam.

A libertação no passado dia 14 de João da Costa, presidente do Partido para a Renovação e Desenvolvimento (PRD), e o desbloqueamento, 24 horas depois, pelo Banco Mundial da terceira e última tranche de ajuda ao programa de ajustamento estrutural — no valor de 6,5 milhões de dólares (mais de 900 mil contos) — trouxeram de novo uma ténue esperança à Guiné-Bissau, na sua difícil e conflituosa caminhada por trilhos íngremes e não assinalados.

A decisão do Tribunal Mili-

tar (TM) de libertar um grupo de dez cidadãos supostamente envolvidas no chamado "caso 17 de Março", em que foi assassinado à queima-roupa um major das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, é tida pela oposição como sendo uma vitória da pressão interna e externa daqueles que nunca acreditaram na tentativa de golpe de Estado apreguada pelo Governo e, ao mesmo tempo, desmascaramento da trama que queriam preparar para a oposição.

Nas suas primeiras declarações, João da Costa, que por decisão do TM não pode exercer actividades políticas, afirmou que esta decisão vem confirmar que a sua prisão foi "puramente política e que, por isso mesmo, está decidido a apresentar-se às eleições presidenciais para derrotar o Presidente Vieira".

O líder do PRD declarou aos jornalistas que durante os dois meses de prisão foi acareado em 16 sessões com o presumível assassino do major Robalo de Pina, mas não foi torturado. Na opinião de Da Costa não se pode esquecer que ainda há presos políticos e que o assassinato do major está por esclarecer, para que o seu autor e possíveis cúmplices sejam punidos de acordo com a lei.

O tão badalado "caso 17 de

Março" teve o condão especial de aproximar a oposição, que se uniu na denúncia da prisão de civis por uma comissão de militares e de elementos da segurança do Estado e na recusa em integrar a Comissão Nacional de Eleições (CNE). Só dois partidos, a Frente Democrática, de Aristides Menezes, e o Partido da Renovação Social, aceitaram tomar posse em tais condições.

Governo de transição

Mas estas acções pontuais não impedem reconhecer que os partidos da oposição têm leituras diferentes do processo em curso. Uns consideram a hipótese de um Governo de transição como a única saída para a crise, outros propõem um pacto de salvação

nacional, enquanto há aqueles que avançam com a necessidade da convocatória de uma conferência nacional, a exemplo de outros países africanos. Todas estas teses têm, no entanto, um denominador comum — criar condições para as primeiras eleições livres e democráticas.

A CNE, órgão criado para organizar e supervisionar as eleições, só poderá pronunciar-se quando os restantes partidos indicarem os seus representantes, o que pode acontecer nos próximos dias. De resto, os dias que se seguem vão ser decisivos, pois o Presidente "Nino" anunciou que vai convocar o Conselho de Estado para marcar a data das eleições que ele deseja realizadas ainda este ano, contrariando assim o seu primeiro-ministro, Carlos Correia, que há dias, em Lisboa, considerou que as eleições só podem ter lugar no próximo ano.

A oposição quer eleições o mais depressa possível, mas primeiro deseja leis e recensea-

Continua na pág. 7

DIRIGENTE OPOSICIONISTA LIBERTADO EM BISSAU — O líder do Partido para a Renovação e Desenvolvimento (PRD) da Guiné-Bissau, João da Costa, foi libertado ontem em Bissau, através de uma decisão do Supremo Tribunal Militar, que disse não existirem mais "motivos para a manutenção da prisão preventiva". Juntamente com o líder do PRD, foram também libertos mais uma dezena de elementos, acusados de implicação numa tentativa de golpe de Estado — o chamado "caso de 17 de Março", em que foi morto o comandante Robalo, das Forças de Intervenção Rápida. Robalo era um homem de confiança do Presidente Nino Vieira. Segundo o Supremo Tribunal Militar, os arguidos no processo ficam impedidos de terem qualquer actividade política e ausentarem-se de Bissau sem autorização dos militares. A libertação dos presos coincide com a visita a Portugal do primeiro-ministro daquele país africano, Carlos Carneiro.

PÚBLICO, 15 6 93

Moçambique alicia empresários portugueses

EXPRESSO, 19 6 93

MOÇAMBIQUE é ou não o país mais pobre do mundo? Esta uma pergunta que continua a gerar respostas controversas em relatórios e análises ditos «dignos de crédito». Uma pergunta levantada e longamente debatida na segunda e terça-feira em Maputo, no decurso de um seminário intitulado «Moçambique — Compromissos com o futuro», promovido pela Associação Comercial Portugal-Moçambique, com a colaboração da Câmara de Comércio Portugal-Moçambique (CCPM).

«Moçambique é um país empobrecido, mas rico, o seu povo fragilizado, mas de maneira alguma frágil», esta é a opinião do presidente da CCPM, Daniel Pedro Lopes, que participou no seminário que abordou sete painéis relacionados com uma vasta gama de temáticas.

O primeiro-ministro moçambicano, Mário da Graça Machungo que presidiu à cerimónia inaugural do seminário apontou como actuais prioridades do seu Executivo a criação de um programa consistente de reconstrução económica e de desenvolvi-

mento do país, em particular nas zonas rurais.

«Esta será a única via para redução drástica do desemprego, única alternativa para reduzir a pobreza extrema da maioria do povo moçambicano, devolvendo-lhe a dignidade a que tem direito», disse na ocasião Mário Machungo.

Plano de Reconstrução Nacional

O Chefe do Governo moçambicano destacou seis itens que corporam aquilo que designou por Plano de Reconstrução Nacional (PRN), que deverá privilegiar em particular as zonas rurais, mais afectadas pela guerra desde há 16 anos. O PRN inclui nomeadamente a extensão e implementação do aparelho estatal em todo o território nacional e o encorajamento dos agentes económicos, especialmente os privados, a participarem numa rápida restauração da economia rural.

«A prossecução destes fins revela-se ser uma exigência básica para se poder pensar num programa mais amplo

de desenvolvimento nacional», afirmou o primeiro-ministro moçambicano, para depois sublinhar que a reconstrução e desenvolvimento nacional em Moçambique é um «desafio gigantesco».

«Os empresários nacionais e estrangeiros podem e devem conjugar os seus esforços para uma mais efectiva participação no espaço imenso que se lhes abre no desafio de reconstrução e desenvolvimento de Moçambique», apelou Mário Machungo.

Muitos intervenientes no seminário defenderam a necessidade de se traçar e aplicar uma «nova estratégia» agrícola «totalmente repensada».

Os participantes no encontro da capital moçambicana organizado pela CCPM abordaram também a fuga de cérebros que afecta actualmente o aparelho estatal. Com efeito, tem-se assistido a um crescentes abandono das empresas do Estado por parte das elites, para se empenharem na actividade privada ou para trabalharem em projectos de organizações e empresas estrangeiras ou empreen-

dimentos patrocinados por doadores internacionais. «O Estado pode ter a máxima certeza de que continuará a perder (os seus cérebros), se continuar a pagar (salários) como paga», referiu o vice-ministro da Cooperação de Moçambique, Oldemiro Balói, um dos participantes activos no seminário.

O Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, dirigiu um elogio «especial» aos organizadores do seminário e expressou votos para que os seus resultados se tornem num grande contributo para o Governo e outras instituições moçambicanas encarregues de planear a reabilitação e desenvolvimento económico do país. Em mensagem lida por Oldemiro Balói, Joaquim Chissano sublinhou que os sete assuntos abordados no encontro são aspectos de «grande relevo na orientação das políticas económica, financeira, social e cultural para o desenvolvimento sustentável de Moçambique».

Roinaldo Chilenge
correspondente no Maputo

CIMEIRA MANDELA-BUTHELEZI DEPOIS DE AMANHÃ — O líder do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, e o chefe zulu Mangosuthu Buthelezi vão encontrar-se na quarta-feira pela primeira vez desde Maio — informaram ontem dirigentes religiosos sul-africanos. A reunião entre os dois líderes negros rivais foi conseguida pelo arcebispo anglicano Desmond Tutu, Nobel da Paz em 1984, após conversações com ambos. A agenda da reunião é a paz, num momento em que confrontos entre militantes das organizações chefiadas pelos dois homens continuam a fazer diariamente muitas vítimas.

PÚBLICO, 21 6 93

Continuação da pág. 6

Uma tênue esperança

mento eleitorais e o fim da política política. Para o embate eleitoral, a maioria dos partidos da oposição — que são uma boa dezena — tem vindo a negociar com vista a uma aliança que possa evitar a dispersão de votos. Após a falência do projecto «unido» animado por quatro partidos com fins eleitorais, começa a ganhar forma a ideia de uma ampla frente da oposição para as eleições legislativas. O Movimento Bafatá, do médico Domingos Fernandes Gomes, dá mostras de ser a única força, para além do PAJGC, a candidatar-se sem qualquer coligação.

O Governo do general «Nino» Vieira, pese o facto de estar a braços com inúmeros problemas de difícil solução como são os casos de salários em atraso,

despedimento maciço de trabalhadores da função pública, greve de professores e uma onda de assaltos e roubos à mão armada, continua confiante e disposto a lutar sem tréguas para preservar o poder.

João Bernardo Vieira adoptou ultimamente o estilo de presidência aberta e tem-se multiplicado em viagens por todo o país, assinaladas com comícios, nos quais faz a apologia da legitimidade histórica do seu partido e garantindo que, ao contrário da propaganda da oposição, o seu Governo tem prestígio e credibilidade. Exemplificou a ajuda recebida do Banco Mundial como prova de confiança e luz verde para os parceiros económicos negociarem com a Guiné-Bissau. ■

Angola: ainda não há estado de emergência

PÚBLICO, 15 6 93

O PRIMEIRO-MINISTRO angolano, Marcolino Moco, fez ontem um discurso na Assembleia Nacional em Luanda onde afastou firmemente a hipótese de o seu Governo vir a declarar o estado de emergência, possibilidade que vinha a ser noticiada, com insistência, pela comunicação social angolana. «Entre as diversas reflexões que fizemos face à situação do país, esteve o exame da conveniência de decretar o estado de sítio, de emergência ou medidas equivalentes. Ainda que ao abrigo da Lei Constitucional, a nossa decisão foi a de não permitir nenhum pretexto aos que não acreditam nos nossos compromissos ou eventualmente quisessem atentar contra a liberdade do nosso povo.» Depois de ter pedido aos deputados o seu apoio no actual combate «frente à UNITA militarista de Jonas Savimbi», Moco afirmou que o Governo tenciona expulsar os homens de Savimbi das cidades que ocupam.

Como seria de esperar, o primeiro-ministro deu a entender que

as autoridades tencionam ser muito mais duras para com a UNITA: «Não iremos apenas garantir as nossas posições actuais. Vamos avançar contra o inimigo, vamos retirá-lo das cidades, vamos salvar Angola para salvar o nosso povo da morte e da submissão.»

A declaração de estado de emergência possibilitaria a mobilização parcial dos cidadãos, segundo a Lei de Defesa Nacional aprovada no início do ano. Ontem, no seu discurso, o primeiro-ministro de Angola criticou o «deficiente trabalho de sensibilização da juventude e da população para a actual campanha de recrutamento militar». Moco declarou ainda fundamental a «implementação de autoridade e disciplina férreas no cumprimento das orientações e prioridades de defesa adequadas à utilização dos recursos disponibilizados».

Isto ao mesmo tempo que a edição de ontem do «New York Times» admitia que Washington possa aceitar a compra de armas por parte das autoridades de Angola. Entretanto, em Lisboa, o Presidente Mário Soares recebeu ontem à tarde o ministro angolano da Justiça, Paulo Tchililika, dissidente da UNITA, que lhe trouxe uma mensagem do Presidente José Eduardo dos Santos, a explicar o ponto de vista oficial sobre a situação que se vive no país. Tchililika segue para a Alemanha, Grã-Bretanha e outros países. ■

MENOS PALAVRAS MAIS ACÇÃO

A comunidade internacional doadora do processo de paz em Moçambique, reunida em Maputo, recusou novas exigências da RENAMO, sublinhando a urgência de se passar da palavra à acção.

© TERESA UMA (texto) em Maputo NATA USSENE (fotos)

SÁBADO, 18-24 6 93

No prosseguimento da Conferência de Roma, realizada em finais do ano passado, representantes de quinze países doadores do "Programa de Reconstrução Nacional" do pós-guerra, algumas dezenas de Organizações Não Governamentais e membros do Governo moçambicano e da RENAMO estiveram reunidos, a semana finda, durante dois dias, em Maputo. Co-presidida pelas Nações Unidas, na pessoa de Jan Eliasson, secretário-geral adjunto da ONU para questões humanitárias e pela Itália, representada por Carmello Azzara, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, a conferência tinha por objectivo a viabilização e aplicação dos fundos prometidos no encontro de Roma. Assim, aos 450 milhões anunciados nessa altura foram adicionados mais 70 milhões de dólares a serem equacionados pelos programas de assistência humanitária e reintegração de milhares de refugiados, deslocados e desmobilizados de guerra.

Em saco roto caíram novas exigências da RENAMO, apresentadas pelo chefe da delegação da RENAMO à Conferência, Raul Domingos.

De um modo geral todos os doadores presentes reagiram com desgosto ao discurso de Raul Domingos que pedia o apoio da comunidade internacional para a abertura de "embaixadas" da RENAMO "nalguns países do Mundo, senão todos."

Colocando-se numa posição de "governo paralelo", a RENAMO afirmou não possuir recursos financeiros equiparados aos da FRELIMO, pedindo para isso que lhe seja garantido também financiamento "para as viagens dos seus dirigentes ao exterior." O final do discurso de Raul Domingos continha uma ameaça implícita: "sem isso, é minar o processo de paz, e a democratização de Moçambique, cujas consequências serão inestimáveis para o povo moçambicano."

Os países doadores que vieram a esta reunião avisar que não desembolsarão mais dinheiro se novos atrasos forem protagonizados, reagiram de imediato, podendo a sua posição ser sintetizada pela declaração do embaixador britânico, Richard Eddis: "não aceitaremos mais pré-condições."

Richard Eddis frisou que o atraso na im-

plementação do acordo de paz já tinha custado à Grã-Bretanha 1.6 milhões de dólares para manter aberto o centro de instrução militar em Nyanga, no Zimbabwe, onde deverá começar em Julho o primeiro curso de instrutores das novas forças armadas de Moçambique. A RENAMO tinha condicionado o envio dos seus homens (300) à presença no território moçambicano de pelo menos 65 por cento dos capacetes azuis das Nações Unidas.

Neste momento todo o efectivo militar da ONUMOZ está em Moçambique, faltando chegar apenas algumas unidades logísticas.

Fontes diplomáticas ocidentais comentaram à Sábado que a RENAMO até poderia obter alguns apoios extras se não apresentasse os seus pedidos em forma de chantagem. Um diplomata português comentou para a Sábado que a necessidade presente é a paz e que ela tem sempre um preço. No entanto, o consenso foi de que as exigências da RENAMO já não passam de "simples pretextos inqualificáveis" para adiar a aplicação do acordo de paz, como diria Francisco Viqueira, embaixador espanhol em Maputo.

Aliás o documento final da conferência ignora completamente os "pedidos" feitos pela RENAMO e o próprio Raul Domingos, falando na última sessão disse estar satisfeito com os seus resultados, não fazendo qualquer alusão ao seu discurso de abertura.

Armando Guebuza, ministro dos Transportes e Comunicações e chefe da delegação do governo à reunião faria uma intervenção conciliatória, sem deixar, todavia, de sublinhar os atrasos na implementação do acordo de paz, numa alusão à interrupção dos trabalhos da comissões técnicas, devido ao abandono da RENAMO.

Dom Matteo Zuppi, o principal mediador das negociações de Roma e que igualmente participou nesta conferência de Maputo, atribuiu as culpas do atraso quase ex-

clusivamente à comunidade internacional.

Numa conferência de imprensa, à margem da reunião, o prelado da Comunidade de Santo Egídio afirmou, que agora estavam criadas todas as condições para o processo avançar uma vez que já estava estabelecido o Trust Fund e os capacetes azuis estavam no terreno. A uma pergunta da Sábado sobre a sua opinião quanto às exigências da RENAMO de novos dinheiros para abrir representações no estrangeiro, Matteo Zuppi disse que esta organização pode até "querer abrir uma delegação na Gronelândia" mas que isso sairá do âmbito do Trust Fund.

A uma pergunta sobre quando é que, no processo negocial, a RENAMO tinha começado a exigir dinheiro em troca da paz Zuppi foi claro: "Desde o primeiro dia".

Sobre a argumentação de Afonso Dhlakama de que os protocolos de Roma preconizam duas administrações em Moçambique, Dom Matteo deixou ficar explícito que o Acordo Geral de Paz é o único instrumento legal do processo e este reconhece apenas o poder do Estado moçambicano só com uma administração, a do actual Governo, até à realização de eleições gerais.

O coordenador de todo o processo de "reconstrução nacional" está, contudo, cada vez mais a ser assumido pelas Nações Unidas sendo reservado para o governo um papel de "low profile."

Oldemiro Baloi, vice-ministro da Cooperação, aceitou para a Sábado as dificuldades de gestão e organização por parte do Governo, mas garantiu que os programas serão coordenados conjuntamente com as Nações Unidas, particularmente com a ONUHAC, a Comissão das Nações Unidas para a Assistência Humanitária, que faz parte integrante da ONU-MOZ.

O que ficou claro desta conferência é que a comunidade doadora não se compadecerá com mais atrasos, retirando o seu financiamento se isso vier a acontecer.

Carmello Azzara, diris em jeito de síntese que "o povo moçambicano não precisa mais de palavras, estudos de viabilidade ou investigações teóricas" mas "samente de factos, acções que melhorem rapidamente as suas condições económicas e sociais."

A nota positiva dos últimos oito meses foi atribuída ao povo moçambicano, cuja vontade de paz, segundo o embaixador espanhol, explicam a manutenção do cessar fogo, constituindo "uma lição para os outros povos." □

Representantes de 353 portugueses do Huambo a Cavaco

“As reservas de alimentos acabaram já”

PÚBLICO, 15 6 93

É UMA carta dramática, a que três portugueses, entre eles um padre, escreveram ao primeiro-ministro, Cavaco Silva, em nome de 353 portugueses e 128 outros cidadãos africanos, brasileiros e nacionais de países comunitários retidos no Huambo desde o final da batalha pela posse da cidade, em 6 de Março, e que pediram a protecção diplomática de Portugal.

“Há portugueses doentes e não existem recursos para o seu tratamento local; há elementos que foram feridos e que precisam de completar em Portugal o seu tratamento; assim como há pessoas em idade bastante avançada, o que totaliza 353 elementos que manifestaram o seu desejo de serem repatriados”, diz a carta, em que, além de pedirem que o Governo envie “todos os esforços” para o repatriamento, solicitam que Lisboa faça chegar “a sua solidariedade material à população civil” daquela região de Angola.

A carta é assinada por uma denominada “Comissão Ad-Hoc de Portugueses, no Huambo”, de que fazem parte o secretário para as Comunicações Sociais da diocese, o padre espiritano António Manuel Santos de Sousa Neves (Tony Ne-

ves), o comerciante Vitor Mendonça Cavaco e o gerente do restaurante O Balcão, Manuel dos Santos Pinto.

Além de “alguns mortos”, os dois meses de confrontações pela posse do Huambo “provocaram a destruição e a pilhagem de residências, repartições públicas, fábricas, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços”, paralisaram a vida económica da região, “com particular destaque para a actividade bancária”, e “abalaram profundamente a saúde psicológica de muitos portugueses”, a quem “as poucas reservas de alimentos e dinheiro acabaram já ou estão em vias disso”.

Para sobreviverem numa cidade “onde os preços sobem em flecha e muitos artigos indispensáveis (arroz, sal, açúcar, pão, óleo, medicamentos, petróleo para iluminação, gasolina, gásóleo, etc.) já dificilmente aparecem” nos mercados paralelos, alguns portugueses “estão a trocar por moeda angolana algum pouco dinheiro português que possuem, outros vendem a própria roupa ou electrodomésticos”. Todos estes bens, contudo, “são actualmente de pouco valor”, pois, indicam a título de

exemplo, um litro de petróleo para iluminação (não há electricidade no Huambo) custa quatro contos e um quilo de sal comum, não refinado, cerca de três mil e quinhentos escudos.

Apesar de a comunidade portuguesa ser “bastante heterogénea, indo desde o operário não especializado até ao empresário de média ou superior dimensão”, adverte a comissão, “toda ela enfrenta problemas idênticos e por tal facto, no global, deseja o seu repatriamento”. Para além de 353 portugueses “e seus familiares directos”, a comissão diz que há ainda “quatro elementos da CE e igual número de brasileiros”, 85 cabo-verdianos e 35 são-tomenses que manifestaram “o seu desejo de evacuação e contam também com o apoio das autoridades portuguesas para tal”.

O gabinete do primeiro-ministro disse não ter conhecimento ainda da carta, datada de 26 de Maio, e cuja cópia chegou ontem ao fim a tarde, via fax, ao PÚBLICO e à TSF, dois dos três únicos órgãos de informação que se deslocaram ao Huambo após a sua conquista pela UNITA.

Caritas no Huambo

Entretanto, a Caritas de Angola vai organizar nesta semana “uma operação de emergência” com o fornecimento de alimentos para as populações do Huambo, anunciou ontem, em Benguela, o presidente desta organização humanitária da Igreja Católica, segundo noticiou a Lusa. Dom Óscar Braga, bispo de Benguela, disse que já foram fretados para o efeito dois aviões, que irão transportar, numa primeira fase, camiões, sal, arroz e combustíveis. O bispo, juntamente com dez médicos da Organização Médicos sem Fronteiras, esteve na semana passada no Huambo para identificar os sectores passíveis de intervenção humanitária, sendo a alimentação e os medicamentos as áreas consideradas prioritárias pela Caritas. A deslocação ao Huambo de uma delegação desta organização segue-se a uma outra feita no princípio da semana passada por uma comissão da Cruz Vermelha de Angola.

Ao mesmo tempo, o Centro de Cooperação Internacional italiano doou 200 quilos de medicamentos para os refugiados de guerra concentrados em Dondo, sede provisória da província do Cuanza Norte. Através de fundos da Comunidade Europeia, o mesmo centro irá disponibilizar 300 mil dólares (46.500 contos) para a compra de medicamentos para a mesma região. ■

Adelino Gomes

Movimento de Jonas Savimbi admite regresso rápido de portugueses do Huambo

Governo pressiona UNITA

PÚBLICO, 16 6 93

Áurea Sampaio
& Jerónimo Pimentel

A UNITA admitiu ontem “estarem a ser criadas condições para uma solução” que permita o regresso dos portugueses que se encontram retidos no Huambo. Quem o afirmou foi o responsável pela delegação do movimento em Lisboa, Adalberto da Costa Júnior, no final de uma reunião de hora e meia no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Foi a segunda vez que os dirigentes da UNITA foram chamados ao Palácio das Necessidades em menos de 24 horas. Ontem, ao fim da tarde, o encontro foi com o secretário de Estado da Cooperação, Brios e Gala, e o ponto exclusivo da reunião foi a evacuação dos portugueses. Data ainda não há. Costa Júnior começou por dizer que não existe “exactamente nada de novo”, mas acabou por considerar que, caso se mantenha “o corredor de segurança” que permitiu a deslocação ao Huambo, há uma semana, de um avião da Cruz Ver-

melha e, possivelmente, ontem mesmo de outro da Caritas, “este problema será resolvido muito rapidamente”.

Com esta convicção ficou também o Governo português, que espera resultados concretos desta reunião “a muito curto prazo”. O responsável da UNITA sublinhou todavia que o seu movimento “tem o direito de não assumir riscos que possam pôr em causa a vida de uma série de cidadãos, sabendo que mais tarde existe a predisposição de transferir as responsabilidades para a UNITA”.

Apesar da disponibilidade para uma solução rápida, Costa Júnior avisa sempre que o MPLA não cumpriu com as condições dadas aquando do repatriamento do Uíge.

A parte portuguesa, segundo o PÚBLICO apurou, admite vir a tomar “atitudes mais firmes” caso a evacuação não se concretize muito brevemente. E já tem prontos para descolar cinco aviões C-130, numa operação em que participarão cerca de quatro dezenas de militares. Poderá ser activada em seis horas. Fontes militares garantiram que

Portugal dispõe de meios e elementos treinados e preparados para a utilização da força caso seja necessário. As mesmas fontes advertiram, contudo, que, “nesta fase, essa não é sequer uma possibilidade equacionada”.

Cavaco ataca

O responsável pela delegação da UNITA em Lisboa já tinha estado no gabinete de Brios e Gala na segunda-feira. Esteve lá até quase às 23 horas. Desta vez a conversa não foi com o secretário de Estado, mas apenas com o seu chefe de gabinete. O Governo pedia explicações sobre os recentes acontecimentos do Huambo envolvendo a morte de um cidadão português (ver caixa) e sobre todos os condicionamentos que têm impedido a evacuação dos nossos compatriotas que se encontram no território controlado pela organização de Jonas Savimbi.

Como sempre, em cima da mesa estava a obtenção de garantias para o envio de um avião da Força Aérea Portuguesa ou de uma instituição humanitária internacional para trazer as pessoas que a resolução nº 804 da

ONU considera como “praticamente reféns” da UNITA. “A resposta foi, como sempre, evasiva. A UNITA nunca nega. Diz que sim senhor, que irá dar uma resposta, mas depois na prática não a dá”, disse ao PÚBLICO uma fonte governamental.

Em termos diplomáticos, o Executivo trabalha num conjunto de iniciativas políticas que admite anunciar esta semana. Apesar da prudência, percebe-se que começa a desenhar-se, se não um ultimato, pelo menos um sério aviso à UNITA. Enquanto continuam a ser feitas diligências envolvendo contactos a vários níveis — bilaterais, troika (Portugal, Estados Unidos e Rússia), Conselho de Segurança da ONU e instituições humanitárias internacionais —, Cavaco Silva vem mais uma vez à liça admitindo, pela primeira vez, limitar os “privilégios” de que dispõem os elementos da UNITA em Lisboa.

O primeiro-ministro aproveita um breve contacto com os jornalistas, à saída da videoconferência com associações juvenis, para se interrogar sobre se os membros da organização de

Continua na pág. 10

Se Savimbi não ceder na libertação dos portugueses

PÚBLICO, 17 6 93

UNITA sem segurança em Lisboa

"NÃO HÁ negociações possíveis quando há reféns. Ter reféns é crime e não se negocia com criminosos." Foi esta a mensagem que Cavaco Silva enviou para a reunião que decorreu, na terça-feira à noite, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando os responsáveis da delegação da UNITA em Lisboa foram chamados pelo secretário de Estado da Cooperação, que pediu explicações sobre a situação dos portugueses no Huambo. Fonte governamental garantiu ao PÚBLICO que a posição do primeiro-ministro se deveu a "exigências da UNITA de querer negociar várias coisas", entre as quais a flexibilização da posição diplomática portuguesa nas negociações da "troika", antes de dar garantias de segurança para a saída dos portugueses.

A delegação do movimento de

Savimbi ouviu também da boca de Briosa e Gala um outro "recado" de Cavaco Silva: Portugal não poderá continuar a permitir a liberdade de movimentos da organização no nosso país se os portugueses "continuarem reféns" no Huambo. E mais ainda: se morrer mais algum português, os serviços de Estrangeiros e os serviços policiais "não continuarão a tratar os membros da UNITA como até aqui". Numa subida de tom que dá bem a medida do agravamento das relações entre Lisboa e o movimento do "Galo Negro", o Governo fez saber que considera "um acto inamistoso" a não libertação dos portugueses até ao final desta semana.

Todas estas posições foram reiteradas à UNITA durante o dia de ontem por parte do Executivo português, que tem estado a agir em "total consonância" quer com

o Conselho de Segurança das Nações Unidas, quer com os Estados Unidos. Ontem mesmo, os EUA (que fizeram um "aviso seriíssimo" à UNITA, de que deram conhecimento a S. Bento) decidiram enviar a Luanda, na segunda-feira, o secretário de Estado George M. Shultz. Washington já declarou que só avança com as negociações em busca de uma solução de paz se a organização de Savimbi libertar os reféns — soube o PÚBLICO de fonte diplomática. Paralelamente, e confirmando o isolamento internacional da UNITA, os EUA anunciaram a iminência da nomeação do seu embaixador em Luanda, o que dá corpo ao recente reconhecimento do Governo angolano.

Ainda ontem, no seguimento dos múltiplos contactos e concertação de posições que tem vindo a

estabelecer com diversas representações diplomáticas, o Ministério dos Negócios Estrangeiros chamou o embaixador da África do Sul em Lisboa, a quem foi pedida uma "intervenção energética" junto da UNITA.

Entretanto, o PÚBLICO teve ontem acesso a um documento do Conselho de Segurança da ONU que dava conta de um ataque das forças da UNITA em 27 de Maio passado contra "um comboio transportando civis, do qual resultou a morte de 225 pessoas, incluindo mulheres e crianças, e centenas de feridos", numa zona entre Quipungo e Matala. De acordo com o documento, o Conselho recebeu "com grande preocupação e choque" o relato destes acontecimentos, considerando tratar-se de uma "clara violação das leis humanitárias internacionais".

Ontem, às 22h00, o Governo estranhava o silêncio da UNITA quanto ao envio de dois aviões postos por Lisboa à disposição da AMI para transportarem mantimentos e remédios para o Huambo. ■

Áurea Sampaio

Continuação da pág. 9

Governo pressiona UNITA

Savimbi em Portugal não devem ser responsabilizados pela situação dos portugueses no Huambo. E diz não compreender que as pessoas da UNITA, que gozam em Portugal "de todas as facilidades, de todas as comodidades, de um tratamento quase ímpar, depois colocarem os portugueses como reféns". Interrogado sobre a eventualidade de a delegação daquele movimento vir a ser encerrada, o primeiro-ministro apenas afirmou que "essas matérias não se devem pré-anunciar". Horas mais tarde, depois do encontro com Briosa e Gala, Adalberto da Costa Júnior respondia a Cavaco: "O fecho da delegação da

UNITA é uma opção de direito do Governo português." Quanto à acusação de haver portugueses reféns, qualificou-a de "saída muito triste".

Também o ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, que se encontra em Viena para participar na Conferência Mundial dos Direitos do Homem, fez ontem declarações no sentido de endossar responsabilidades à UNITA pelo destino dos portugueses no Huambo.

De manhã, o ministro da Justiça de Angola, Paulo Tchípilica, defendia que a delegação da UNITA em Lisboa devia "ser sensível" e pedir ao seu líder para resolver quanto antes

a situação dos reféns.

Paulo Tchípilica, que se encontrou com Cavaco Silva, a quem entregou uma mensagem de José Eduardo dos Santos, lamentou que o seu Governo tenha poucas hipóteses de intervir no caso. "O Governo de Angola tem poucas hipóteses de intervenção neste momento, mas conjugar-se-ão esforços a nível de organizações internacionais, a Cruz Vermelha e organizações não governamentais para que as pessoas possam vir sãs e salvas."

Sobre a eventualidade de o Executivo angolano vir a pedir a Portugal o encerramento dos escritórios da UNITA, Paulo Tchípilica, oriundo das fileiras de Savimbi, que abandonou em finais de 1991, referiu que só "o propó-

sito de consolidar as instituições democráticas" impedia o Governo do seu país de apresentar tal solicitação. Para o ministro angolano, de resto, a UNITA não é sequer um partido político, porque "não há partido político que esteja armado", e isso mesmo devia ser entendido pela própria organização.

Durante a tarde, uma fonte governamental admitia ao PÚBLICO a possibilidade de se chegar a uma "situação-limite" tipo ultimato. E anunciava-se para hoje ao fim da manhã a realização de uma conferência de imprensa onde a "estrela" será Pacheco Pereira. Como alguém que tem estado muito próximo do movimento de Savimbi, quer fazer um apelo humanitário para a evacuação dos portugueses. ■

O Rambo poeta foi morto

"ANDEI por todo o lado. Ninguém me fez mal. Vi gente queimada, corpos despedaçados por cães, enterrados em quintais. Esta guerra não era necessário tê-la feito se houvesse entendimento entre as pessoas." São palavras de António Augusto Teixeira da Silva, de 35 anos, quando em Abril último falou com o PÚBLICO, no Huambo.

Aventureiro, poeta, chamavam-lhe "Rambo" pelos seus feitos durante os dias da guerra. Morreu no sábado, na terra para onde tinha partido justamente há um ano, contratado pela construtora Soares da Costa. Empresa que diz ter ele, António, ficado no Huambo porque quis. Mas ele, António, mostrava-se orgulhoso, em Abril, de manter invioladas as instalações da Soares da Costa,

apesar da batalha sangrenta que amontoou cadáveres nas ruas da cidade.

Os primeiros telexes sugeriam uma morte lendária para António. E sempre possível imaginar tudo quando se lê que alguém foi morto a tiro, numa zona de guerra, "em circunstâncias não averiguadas". Mas a UNITA foi célebre nas averiguações e concedeu-lhe uma morte trivial — uma rixa à porta do "dancing" Kimbanda. "Ciúmes", o mais prosaico de todos os motivos, precisou a Rádio Vorgan, esteve na origem da confusão. Os presumíveis assassinos estão também já identificados — Maria Augusta de Vasconcelos e Paula Navaria Naipas.

António Teixeira da Silva, natural de Vila Nova de Carros, Paredes, deixa mulher e

quatro filhos menores. "Todos dependentes dele", segundo um dos seus irmãos. A notícia entrou-lhes em casa, ontem de manhã, através dos jornais. Paulo Silva fez-lhe o retrato: "Era um bom coração, sempre pronto a dizer que sim e a ajudar toda a gente."

E agora quem lhe ajuda a família? Gonçalves Afonso, da Soares da Costa, nada garante. "Tem que se ver se as circunstâncias da morte se adequam a algum dos seguros que a empresa tem."

Ontem, ao fim da tarde, a urna com o corpo de António chegou a Luanda, transportado num avião tipo Hércules, C-130, da Caritas. Espera-se que siga para Lisboa hoje à noite. ■

Áurea Sampaio

UNITA intensifica acções militares e Luanda decreta mobilização geral

O último trunfo de Savimbi

António Matos

A UNITA mantém uma intensa actividade militar. Com o crescente isolamento internacional, o último trunfo de Savimbi parece ser o controlo militar da maior parte do território angolano. Em Luanda, o Governo recebeu luz verde para a ofensiva geral.

A UNITA anunciou ontem, através da sua rádio (Vorgan, que emite em frequências de onda curta cedidas pela Voz da América, a partir da Jamba, no Sudeste do território), a conquista de duas localidades da província do Bengo (Ucua e Quibaxe) — menos de uma centena de quilómetros a norte de Luanda. Esta informação, contida num despacho da Agência France-Press, não foi confirmada por nenhuma fonte independente nem comentada pelas forças armadas governamentais, que o exército da UNITA diz terem sofrido 56 baixas.

Por outro lado, uma fonte militar não oficial, citada pela Lusa, admitia ontem que a oposição armada angolana estava na iminência de ocupar as cidades do Cuíto e do Menongue, capitais das províncias do Bié, no centro, e do Cuando-Cubango, no Sudeste.

Sobre a actividade militar da UNITA havia ainda uma informação proveniente da agência oficial angolana, Angop, segundo a qual uma caravana de ajuda alimentar teria sido atacada pelos militares de Savimbi. De acordo com uma fonte governamental angolana, cinco pessoas morreram e sete ficaram gravemente feridas nesse atentado, ocorrido perto da localidade de Caimbambo, onde se concentram milhares de refugiados do Huambo.

Todas estas informações — ainda que lidas com o pressuposto de que apenas

têm como fontes as duas partes do conflito — apontam para uma intensa actividade militar da UNITA.

Apesar do isolamento internacional a que a UNITA parece cada vez mais votada, nomeadamente depois do reconhecimento do Governo de Luanda pelos Estados Unidos e da troca de embaixadores entre Angola e a África do Sul, o exército de Jonas Savimbi não dá sinais de enfraquecimento, controlando a maior parte do território.

Aliás, o domínio territorial (ver mapa) parece ser o único trunfo de que Savimbi dispõe agora.

O Governo de Luanda, pelo contrário, só ontem obteve luz verde da Assembleia Nacional para "a mobilização de recursos" humanos e materiais para "uma ofensiva militar contra a UNITA". No texto da resolução do parlamento angolano, apela-se ainda à comunidade internacional para que apoie o Governo "de todas as formas, incluindo a militar".

Dois milhões com fome

O recente episódio de Antuérpia, Bélgica, onde repórteres da SIC e da TVI constataram que Jorge Valentim — um dos mais influentes dirigentes da UNITA — se encontrava ali para vender diamantes, dissipa as

dúvidas sobre uma das principais fontes de financiamento da oposição armada angolana. Nessa altura, Valentim disse que a UNITA precisa de dinheiro para ajudar o povo angolano, "que sofre com a fome e com a guerra".

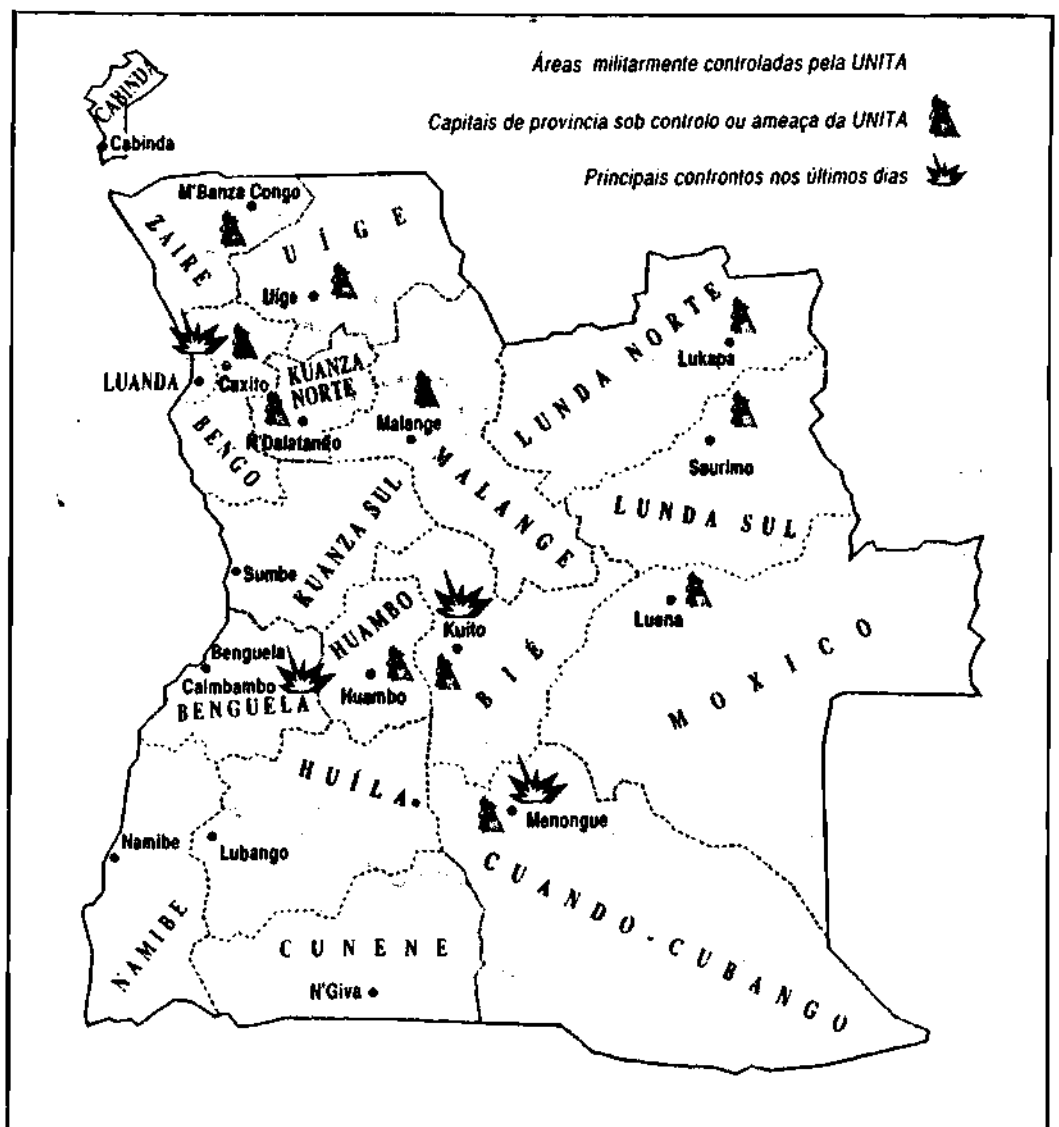
Esta é mais uma das contradições entre o discurso e a prática do movimento de Jonas Savimbi, que, durante os primeiros dias das negociações de Abidjan, iniciadas a 12 de Abril último, alvejou quatro aeronaves em missões humanitárias de organizações não governamen-

tais e de agências das Nações Unidas.

Durante várias semanas a ajuda humanitária aérea foi suspensa e admite-se agora que seja retomada na próxima segunda-feira. Essa é, pelo menos, a intenção da Assistência Humanitária de Emergência aos Deslocados de Guerra. Esta agência da ONU está disposta a levar ajuda a todas as regiões de Angola, "quer estejam sob controlo do Governo ou da UNITA", disse ontem em Luanda uma fonte das Nações Unidas.

Nenhuma das 18 províncias do país escapou aos efeitos da nova guerra, iniciada depois das eleições de Setembro e que todos os observadores consideram ser já mais grave do que o conflito interrompido com a assinatura dos Acordos de Bicesse. As Nações Unidas estimam que haja mais de dois milhões de angolanos a necessitar de auxílio urgente, em alimentos, medicamentos e vestuário.

A população deslocada devido à guerra ultrapassa já 1,3 milhões, num país que não terá mais de dez milhões de habitantes. As províncias onde o êxodo foi mais acentuado são o Huambo (250 mil) e o Bié (170 mil). ■



UNITA cede às pressões internacionais

PÚBLICO, 18 6 93

A UNITA autorizou ontem a saída dos portugueses do Huambo. Não há ainda certezas quanto ao "timing" do início da operação de evacuação, mas tudo aponta para que seja possível ainda este fim-de-semana.

Foi o gabinete do secretário de Estado da Cooperação, Briossa e Gala, que recebeu a "luz verde" do movimento de Savimbi, o que foi posteriormente confirmado por Durão Barroso. O ministro dos Negócios Estrangeiros adiantou ainda que não deverão ser utilizados meios aéreos portugueses dentro de Angola nas operações de repatriamento, remetendo o controlo e efectivação das mesmas para as organizações humanitárias.

E essa parece ser mesmo a intenção da UNITA, que de manhã tinha comunicado à Cruz Vermelha Internacional, em Genebra, a autorização para a evacuação dos estrangeiros no Huambo, entre os quais se encontram mais de três centenas de portugueses, assim como italianos, brasileiros, cabo-verdianos e são-tomenses. Aquela instituição está agora a planificar todos os passos da operação, devendo fretar um avião, provavelmente um Hércules, para efectuar os vários voos.

Mas ontem, ao fim da tarde, o Palácio das Necessidades pedia ao Ministério da Defesa que alterasse o grau de prontidão das tripulações dos Hércules C-130 para duas horas. Trata-se de prontidão imediata para dois aviões cuja missão seria retirar do Huambo os cidadãos ali retidos.

Ainda há, porém, algumas dúvidas nos canais de informações militares quanto ao modo de operar. Trata-se de saber com exactidão se a retirada pode ser feita com escala em Luanda. Nesta modalidade de poderia não ser necessária a intervenção das aeronaves militares. Se a operação for efectuada com meios aéreos militares, tem que ser considerada a utilização de São Tomé ou mesmo Brazzaville como base de apoio intermédia.

A ordem para avançar pode ser dada nas próximas 24 horas. Na Base Aérea do Montijo, que ontem assinalou os seus 40 anos, os dois C-130 e respectivas tripulações aguardam a ordem de missão. Uma das tripula-

ções escaladas, comandada pelo tenente-coronel Morato, é precisamente a vencedora do 13º "rodeo" de transporte aéreo militar, realizado no Arkansas, Estados Unidos, entre os dias 6 e 11 de Junho.

A autorização do repatriamento segue-se a um braço-de-ferro entre o Governo de Lisboa e o movimento de Savimbi, com um ultimato feito para autorização da saída dos portugueses até ao fim-de-semana.

Posição importante e decisiva no processo tiveram os Estados Unidos. Na quarta-feira à noite, o representante da UNITA em Washington foi chamado ao Departamento de Estado onde foi severamente admoestado por um alto funcionário. A mensagem foi claríssima: os EUA não toleravam que a UNITA retivesse estrangeiros contra vontade. Nova intervenção da Administração norte-americana foi feita ontem, quando o porta-voz do mesmo departamento fez uma declaração de "firme apoio" ao apelo de Cavaco Silva e exortou a UNITA a permitir a partida "imediate e incondicional" dos estrangeiros retidos.

Todos estes avisos acabaram por fazer ceder a organização do Galo Negro, cujos representantes se multiplicaram em declarações. Muito mais "soft" que no dia anterior, em Bruxelas — quando afirmou que os portugueses só sairiam "logo que reunidas certas condições" dependentes da "forma como a conjuntura internacional vai evoluir" —, Jorge Valentim dizia ontem, desta vez em Paris, que a partida estava iminente, havendo só pormenores técnicos a resolver. E em Lisboa, em conferência de imprensa, três elementos da UNITA avançavam também com a boa nova. Não sem antes negarem muitas coisas.

Negar tudo...

A UNITA negou tudo. Negou que Cavaco Silva tenha feito chegar à delegação em Lisboa a mensagem de que "manter reféns é crime e não se negocia com criminosos". Negou ter colocado condições para a libertação dos portugueses que se encontram no Huambo. Negou ter sido feito qualquer ultimato para a libertação dos portugueses retidos no Huambo. Negou ter sido avisada de que a sua delegação em Portugal

poderia ser fechada. Negou ter conhecimento de que o Governo português tenha colocado dois aviões à disposição da AMI para levar mantimentos e remédios para o Huambo. Negou ser responsável pelo ataque a um comboio que transportava civis e que foi denunciado num relatório do Conselho de Segurança da ONU do passado dia 8. E negou ter conhecimento "oficial" de que esteja a ser pedida aos portugueses que querem sair do Huambo uma declaração escrita de que essa é a sua vontade.

Ontem, numa conferência de imprensa num hotel da capital, o chefe da delegação da UNITA em Lisboa, Adalberto da Costa Júnior, negou todas e quaisquer acusações que são feitas ao seu movimento, bem como os avisos do Governo português. Manifestando o seu "mais profundo desagrado pela campanha insidiosa movida por algumas autoridades governamentais portuguesas", Costa Júnior admitiu que os portugueses no Huambo poderão sair até ao final da semana: "Ontem mesmo [quarta-feira] tive a confirmação de continuidade do projecto da UNITA pela voz do meu próprio presidente de que esta semana, e provavelmente sexta-feira ou sábado, teríamos a saída dos estrangeiros", através do corredor de segurança aberto há uma semana com os voos da Cruz Vermelha Internacional.

O que poderia entender-se como um compromisso assumido pela UNITA, em Lisboa, de

que até ao final da semana os portugueses seriam repatriados foi pouco tempo depois desmentido por Adalberto Júnior. Insistido a esclarecer se as datas que antes tinha citado eram as do repatriamento dos estrangeiros no Huambo, afirmou: "Eu não disse que sexta-feira ou sábado havia condições de saída. Eu disse que as condições de saída abriram-se na passada semana. Sexta-feira ou sábado é a dedução lógica."

Quando confrontado com as declarações de terça-feira do dirigente da UNITA Jorge Valentim, Adalberto Júnior disse tê-las ouvido e "em nenhum espaço, existe textualmente a intenção da UNITA em criar condições". [Se tal foi entendido deve-se a] "interpretações que não são da minha competência."

Fátima Roque fez, por seu lado, um longo libelo acusatório ao Executivo. Afirmou que se o primeiro-ministro considera a UNITA uma organização criminosa, então não pode permitir "que o Governo português esteja a negociar com criminosos". A ser assim, Portugal deveria sair da "troika" que procura o entendimento entre as duas partes angolanas. E concluiu que "talvez se Angola tivesse menos participação dos observadores, se estes tivessem um comportamento mais neutral, talvez hoje a UNITA e o MPLA tivessem encontrado o caminho que os separa". Uma conclusão que Adalberto Júnior evitou comentar. ■

* com César Camacho e Ana Navarro Pedro, em Paris

Editorial

Vicente Jorge Silva

PÚBLICO, 18 6 93

Reféns de uma tragédia sem fim

SE HÁ MOMENTOS de convergência, consenso e unidade nacional, um deles é decerto quando se verificam situações de ameaça à liberdade e segurança de cidadãos indefesos. Esta é uma regra geral em qualquer país civilizado, onde o partidário e sectarismo dos comportamentos deixa de existir perante problemas tão dolorosos como é, por exemplo, o dos reféns. Em Portugal, porém, as paixões em volta do conflito angolano foram tão longe no seu absurdo que nem o destino dos nossos compatriotas retidos no Huambo escapou à lógica infernal do duelo entre os "lobbies" pró-UNITA e pró-MPLA.

Esses "lobbies" — já aqui o sublinhámos por diversas vezes — são em larga medida responsáveis pela guerra psicológica que, na retaguarda, tem alimentado o rasto de destruição feroz e im-

Continua na pág. 13

UNITA prepara força aérea?

EXPRESSO, 19 6.93

AVIÕES do tipo PC-7 de fabrico suíço poderão entrar em cena na guerra em Angola ao serviço da UNITA — apurou o EXPRESSO junto de uma fonte militar ocidental.

A firma suíça «Pilatus» que fabrica estas aeronaves encontra-se sob inquérito das autoridades suíças por ter vendido à Birmânia, país sujeito a embargo da ONU, aviões que foram utilizados para fins militares. Uma outra venda, desta vez, de 60 PC-7 à África do Sul foi condenada pela comissão das sanções da ONU sustentando que tal operação violava «o espírito e a intenção» do embargo decretado pela ONU em 1977 à venda de armas ao regime de Pretória.

Os suíços alegaram que os aviões «não se destinavam a fins militares» já que não estavam armados e não estavam equipados com sistemas eléctricos. Mas é sabido que os sul-africanos dispõem da tecnologia necessária para ultrapassar este problema, e que depõem comprado à Bélgica conjuntos de «rockets» para equipar os PC-7 adquiridos na Suíça.

As suspeitas de que as aeronaves não se destinavam à Força Aérea sul-africana e que poderiam ser postas à disposição da UNITA

foram reforçadas, segundo uma fonte do Ministério angolano das Relações Exteriores, por informações segundo as quais o movimento de Jonas Savimbi teria comprado grandes quantidades de carburante e lubrificantes para avião que estariam a ser armazenados em duas fazendas, «já identificadas», que a UNITA possui no Norte da África do Sul. A mesma fonte adiantou que Savimbi teria encarregado especialistas belgas de comprar mísseis anti-aéreos na Turquia, Arábia Saudita e Taiwan.

Os esforços da UNITA para formar a sua própria força aérea obedecem a uma estratégia anterior à assinatura dos acordos de Bicesse. A empresa portuguesa Aero Condor foi então contratada para formar um primeiro grupo de 17 pilotos, entre os quais o filho do antigo chefe dos serviços secretos militares da UNITA, Jorge Chimbili.

E um oficial português na reserva pertencente aos quadros da Aero Condor comprou também helicópteros fora de uso. «O objectivo era a sua posterior reparação, a qualquer preço, mas a OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico) — uma das empresas contactadas e que ac-

tualmente trabalha para a Força Aérea Angolana — recusou envolver-se na operação», disse ao EXPRESSO um alto funcionário dos serviços de aviação da Sonangol, cujos pilotos são também formados pela Aero Condor.

Uma fonte militar angolana confirmou que «apesar de dispôr já de alguns pilotos a UNITA deve ainda socorrer-se, para as acções de guerra, de pilotos sul-africanos, zairenses ou de mercenários, negros de preferência».

O recrutamento estaria a ser feito em Portugal, Brasil, Chile, e entre a comunidade cubana dos EUA.

Experiência portuguesa precisa-se

Os rumores segundo os quais as tropas da UNITA poderiam dispôr em breve de meios aéreos provocaram preocupação em certos círculos de Luanda que criticam, por outro lado, a «inconcebível falta de organização e disciplina» das Forças Armadas Angolanas. Um oficial das FAA atribui esta situação «à prioridade dada por algumas altas patentes à assinatura de contratos e obtenção de comissões» sobre a compra de mate-

rial, em detrimento da organização das tropas que «nem sequer dispõem de um sistema de informação eficaz».

Para pôr cobro a esta situação, o general João de Matos chefe de Estado Maior das FAA pretende reduzir para dez o número de oficiais gerais até ao fim do ano. Outra necessidade apontada é «dotar as FAA de um quadro normativo que regulamente a sua vida interna nos aspectos disciplinares e organizativos e pôr em funcionamento o Conselho dos Chefes de Estado Maior, que não se reuniu uma única vez desde a sua criação».

Por outro lado, alguns oficiais das FAA que passaram pelo exército colonial consideram que Portugal é hoje o parceiro ideal para estas tarefas de organização e reestruturação das FAA.

«Os militares portugueses fizeram a guerra com escasos meios e podem ajudar-nos a cultivar o espírito de rigor, disciplina e austeridade» disse um antigo alferes angolano do R.I.-20, ex-membro das FALA (da UNITA)

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

Continuação da pág. 12

Reféns de uma tragédia sem fim

placável de Angola, apesar do desejo de paz claramente manifestado pela população do país. Atravessando o interior dos órgãos de soberania e das forças políticas, o confronto que em Portugal reproduz e sustenta a guerra em Angola é uma aberração sem paralelo e quase sem explicação. Mas foi ela que tornou mais frágil a posição portuguesa quando seria necessário que todo o país se unisse, numa voz forte e indivisível, para chamar as coisas pelo seu nome, clamar o seu protesto e exigir o que era minimamente justo.

O actual Governo, tal como os que o precederam desde a descolonização, acabaria por ficar ele próprio refém da lógica dos «lobbies» que tem marcado as relações luso-angolanas. Quando, na sequência das eleições cujo resultado a UNITA rejeitou, o Governo de Cavaco Silva adoptou uma postura legitimista e privilegiou o diálogo com o Executivo de Luanda em detrimento da UNITA, o movimento de Savimbi e os seus simpatizantes portugueses viram nessa posição um sinal de falta de isenção e de cumplicidade inaceitável com uma das partes em conflito. Embora os observadores internacionais que subscreveram os acordos de Bicesse e as próprias Nações Unidas tivessem concluído que fora a UNITA a romper o pacto eleitoral e a retomar as hostilidades, foi Portugal quem acabou por ser eleito como alvo privilegiado do descontentamento de Savimbi e seus aliados. Tudo isto porque a rede dos «lobbies» instalada em Portugal impedia que, na prática, o Governo de Lisboa tomasse uma posição, fosse ela qual fosse, sem ser imediatamente acusado de parcialidade por um dos partidos em guerra.

Evidentemente, o Governo português deveria ter tomado uma posição mais distanciada e mais crítica, sobretudo quando ocorreram os terríveis massacres de Luanda, em que as milícias do MPLA executaram barbaramente dezenas de quadros da UNITA. O certo é que, desde então, foi o movimento de Savimbi quem fez a demonstração nos factos de que encarrara sempre com reserva o processo eleitoral e que, ao contrário do MPLA, mantivera intacta a sua máquina militar para enfrentar a eventualidade

de um resultado desfavorável ou para, pura e simplesmente, acabar de vez com as veleidades do inimigo histórico. É neste contexto que decorrem as mais mortíferas batalhas do conflito angolano e aparece a questão dos portugueses retidos numa das zonas mais castigadas pelos combates, o Huambo. Eis a história breve e rápida de um drama que a UNITA procura agora mistificar e que o próprio Governo português não foi capaz de apreender e assumir com a rapidez e o vigor indispensáveis.

Em qualquer caso, é totalmente inadmissível, segundo os mais elementares padrões de civilização, que as divergências da UNITA com o Governo de Lisboa fossem utilizadas como motivo para a retenção forçada de centenas de portugueses no Huambo. Foi grave que se tivesse deixado chegar as coisas ao ponto a que chegaram e que o Governo português não tivesse protestado mais cedo contra uma situação intolerável. Mas mais grave do que isso foram as divisões mesquinhas e irresponsáveis — a começar no interior do partido do Governo — em torno de uma causa que impunha uma total sintonia de sentimentos e linguagem e uma solidariedade inteira e firme com os nossos compatriotas retidos no Huambo. Sem essas divisões a UNITA não poderia com a duplicidade, a arrogância e a impunidade que tem revelado.

Aparentemente, a questão encontrou ontem uma saída feliz depois das pressões internacionais, designadamente dos Estados Unidos, sobre o movimento de Savimbi. Mas teria sido fundamental que a UNITA compreendesse, antes disso, que o problema dos reféns do Huambo era e é, para nós, uma questão nacional e não uma moeda de troca diplomático-militar. A UNITA não pode querer apresentar-se como um movimento de face respeitável e desfrutando liberdade de movimentos nos países onde mantém delegações abertas e, ao mesmo tempo, reduzir tudo à lógica das armas ou à tentação do terror. A Angola que restar dessa lógica e dessa tentação não será mais do que um campo de ruínas abandonado pela indiferença do mundo. E os angolanos serão, todos eles, reféns de uma tragédia sem fim. ■

Jorge Valentim em périplo comunitário

UNITA aposta forte na França

PÚBLICO, 20 6 93

Ana Navarro Pedro
em Paris

Uma delegação da UNITA chefiada pelo secretário para a Informação, Jorge Valentim, tenta convencer a França e a Comunidade Europeia a "reforçar" o papel da troika — Portugal, Estados Unidos e Rússia — no processo de paz angolano. Mas estarão os franceses interessados em lidar ouvidos?

Paris é uma das etapas mais importantes da viagem europeia "de informação sobre a situação em Angola e de sensibilização para o recomeço das negociações de paz", efectuada desde há 15 dias por uma delegação da UNITA. Depois de ter visitado a Alemanha, a Itália e a Bélgica, é na França que Jorge Valentim, chefe da delegação, deposita mais esperanças.

Em primeiro lugar, porque Paris é "um centro sensível" de contactos da política africana, explicou Valentim à chegada.

Juntamente com Eugénio Manuvakola, secretário-geral do partido de Jonas Savimbi, e com Lukamba Gato, embaixador itinerante, tem agendado um encontro com um representante da ONU. A nível francês, a agenda está bem recheada: Ministério da Cooperação, dos Negócios Estrangeiros, do Interior, um conselheiro do Eliseu, o secretário-geral do partido gaullista RPR (maioritário) e inúmeros contactos com empresas, designadamente a companhia petrolífera Elf-Aquitaine. "Se for necessário, prolongamos a nossa estada para lá da data prevista de partida, a 22 de Junho", sublinhou Jorge Valentim.

Todo este esforço para reiterar as posições já conhecidas da UNITA sobre a situação em Angola e sobretudo para acertar no segundo alvo da visita: convencer a Comunidade Europeia, e muito particularmente a França, a "reforçar" a "troika" de observadores do conflito (EUA, Rússia e Portugal).

"A França tem uma grande experiência em assuntos africanos. Se a convidarmos a participar no processo, pode dar um contributo muito sério", explicou Jorge Valentim numa conferência de imprensa. Ao que uma jornalista francesa retorquiu, sem esperar resposta: "Mas olhe que a França tem mais que fazer, neste momento!". O porta-voz da UNITA limitou-se a sorrir. Mas não ignora certamente as mudanças em curso na política africana

do novo governo conservador francês.

Ritmo africano

A 4 de junho, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Alain Juppé, declarava numa entrevista que as "nações africanas devem evoluir com o seu próprio ritmo, e com as suas restrições próprias, para a democracia e para o respeito dos direitos humanos". E isso "não passa forçosamente pela organização antecipada de eleições", acrescentou Juppé. A partir desta posição de "pragmatismo", a França entende condicionar doravante a ajuda financeira e humanitária às reformas económicas.

Esta é uma linguagem que as capitais africanas conhecem melhor do que a "inaugurada" pelo Presidente da República, o socialista François Mitterrand, em 1990. Numa primeira franco-africana então organizada em La Baule, à beira do Atlântico, Mitterrand deu a entender que a ajuda económica de Paris passaria a ser subordinada à democratização dos regimes africanos. O muro de Berlim tinha caído, e adivinhava-se já o fim da importância geo-estratégica da África no braço de ferro entre o Ocidente e o bloco de Leste.

A reviravolta francesa espantou mais de um chefe de Es-

tado africano, habituados como estavam a um certo "pragmatismo" na cooperação com Paris: a ajuda económica condicionada a contratos lucrativos com empresas francesas, e a outros tipos de "arranjos" menos gloriosos. A primeira vista, a nova posição do MNE francês constituiu uma ruptura com a declaração de Baule. Mas, na realidade, limita-se a oficializar a prática que era já corrente nos últimos meses do precedente executivo socialista.

Absorvida pela questão de Maastricht, pelas suas próprias eleições e pela violência da crise económica, a França desinteressou-se aos poucos do projecto democrático incipiente, por vezes violento, desordenado, que activara em África. Uma posição resumida agora nestes termos pelo novo ministro da Cooperação, e antigo responsável da contra-espionagem francesa, Michel Roussin: "A nossa política de cooperação não foi tão eficaz como deveria por várias razões. Hesitámos várias vezes entre uma abordagem ideológica e o realismo mais frio, a não-ingerência e o intervencionismo". O novo "pragmatismo" anunciado por Alain Juppé não é também alheio a um acréscimo de interesse económico dos EUA pela África Austral e Ocidental. Preservar a influência francesa nesta parte do mundo continua a ser, como desde o tempo do General de Gaulle, uma prioridade da França — mas que, em Angola, não passa agora forçosamente por um forte apoio à UNITA e a Jonas Savimbi. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluco Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

